

PINGA-FOGO

■ **O PSD PODE FICAR COM O MINISTÉRIO DO TURISMO** - O crescimento do governador do Paraná, Ratinho Jr, na corrida presidencial com o aval de Gilberto Kassab tem despertado a luz amarela do Palácio do Planalto.

■ Decolando, o candidato do PSD levará junto o Rio de Eduardo Paes, o que pode representar uma grande perda eleitoral para a reeleição do presidente Lula.

■ Uma carta na manga do Planalto poderá garantir a fidelidade do PSD e de Eduardo Paes. Está sendo costurada uma fórmula para corrigir um dos erros do início do governo petista: não ter incluído o deputado Pedro Paulo no ministério.

■ Se confirmada a saída do deputado Celso Sabino do Ministério do Turismo, a pasta será oferecida ao PSD e a Pedro Paulo.

■ No início do governo Lula foi exatamente esta pasta que foi oferecida ao parlamentar fluminense até o veto pessoal de Janja.

■ A equação enfrenta dois problemas: a saída de Sabino, que pode permanecer após um acórdão com o União Brasil; e a pasta ficou pequena para Pedro Paulo.

■ **A BOLA DE CRISTAL DO BANQUEIRO BILIONÁRIO** - A manchete da Folha de São Paulo nesta terça, 30/09, revelou a “bola de cristal” do banqueiro André Esteves, do BTG Pactual. No sábado, durante o casamento do seu pupilo Rodrigo Maia, na festa de arromba realizada na Ilha Fiscal, Esteves teve várias conversas ao pé de ouvido sobre o destino do Banco Master, dizendo que a Polícia Federal entraria no caso.

■ Barrar uma solução para o Master virou uma quase obsessão do dirigente do BTG.

■ **DEPUTADO MARCELO QUEIROZ ENVIA NOTA DE REPÚDIO À GESTÃO DO MARACANÃ** - O deputado federal Marcelo Queiroz (PSDB-RJ), torcedor e frequentador dos jogos do Botafogo, encaminhará à gestão do Maracanã uma nota de repúdio após a torcida alvinegra ter sido proibida de expor suas faixas no clássico contra o Fluminense realizado no domingo, 28 de setembro. Além da proibição, os assentos destinados à torcida foram cobertos com uma lona.



O fundador e copresidente do Conselho do grupo LIDE, João Doria, classificou o 3º Brasília Summit, como um “encontro marcado pelo diálogo e pelo compromisso com o desenvolvimento do Brasil”. Evento reuniu autoridades políticas e empresariais para debater inovação, soberania digital e regulação da inteligência artificial no Brasil. Na foto, Doria ao lado de Gilberto Kassab, secretário de Governo e Relações Institucionais de SP; e do ex-governador de Brasília, Paulo Octávio, presidente do LIDE Brasília

■ “Frequento o Maracanã há anos e nunca presenciei situação tão absurda. As torcidas organizadas representam tradição e identidade ao futebol. Impedir sua expressão significa desvalorizar o espetáculo esportivo e desrespeitar o torcedor”, declarou o parlamentar.

■ O caso repercutiu nas redes sociais e ocorreu mesmo com a autorização prévia do uso do material pelo Batalhão Especial de Policiamento em Estádio (BEPE).

■ **PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE** - Queiroz ainda destacou que existe o princípio da reciprocidade entre clubes e estádios: “No Estádio Nilton Santos, palco do Botafogo, isso jamais ocorreu. Não se pode aceitar que a torcida seja desrespeitada no Maracanã”.

■ **PROVIDÊNCIAS PARA A BR-393** - O presidente do Instituto de Preservação do Vale do Café - PRESERVALE, Nestor Rocha, na tentativa de chamar a atenção quanto às condições precárias de trafegabilidade em que hoje se encontra a rodovia BR-393, que liga os municípios de Volta Redonda ao de Sapucaia, passando por Barra do Pirai, Vassouras, Paraíba do Sul, Três Rios e Rio das Flores, enviou ofício ao Ministro dos Transportes, Renan Filho, solicitando providências para que a rodovia volte a ter as condições que mantinha antes do encerramento da cobrança de pedágio.

■ A BR-393 é uma rodovia federal de grande relevância para o escoamento de produção, mobilidade urbana, transporte de cargas e integração regional

sendo no momento neste trecho com cerca de 200 Km de extensão, uma rota alternativa para o tráfego, principalmente de caminhões, em virtude das obras na Rio São Paulo que diariamente é interdita para a detonação das rochas.

■ “A saída da Concessionária, sem a elaboração de uma gestão estruturada, tem ocasionado riscos elevados aos usuários sem que haja a regular fiscalização e recolhimento de animais soltos na pista e a fiscalização de pesagem dos veículos de carga, o que também eleva em muito o risco de acidentes. Toda essa insegurança vem gerando prejuízos econômicos e sociais para a região abrangida sendo imprescindível que medidas emergenciais para garantir a trafegabilidade da via sejam tomadas, principalmente levando-se em conta a aproximação da temporada de chuvas”, declarou Nestor Rocha.

■ **RECONHECIMENTO MERECIDO** - A Orquestra Sinfônica da UFRJ (OSUFRJ), que completou, recentemente, 101 anos de história, pode ser reconhecida pela Câmara Municipal. O vereador Marcio Ribeiro apresentou o Projeto de Lei 351/2025, que declara a OSUFRJ como Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Rio de Janeiro. Um justo tributo à orquestra mais antiga em atividade na cidade, referência na formação musical e na valorização da produção artística brasileira.

■ **PEGOU MAL** - Após o curioso episódio em que o prefeito de Angra dos Reis, Claudio Ferreti, pediu desculpas após afirmar para um morador da Ilha Grande deixar de ter ‘espírito de vira lata’, seu opositor direto, o empresário Renato Araújo, que concorreu as eleições de 2024 para prefeitura da cidade respondeu.

■ **RENATO INDIGNADO** - O aliado de primeira hora de Jair Bolsonaro e coordenador do PL Costa Verde, Renato Araújo, usou suas redes sociais para expressar sua indignação com a fala do prefeito. Segundo Renato, quando se propõe ao cargo, é preciso servir a população e não virar as costas. Vai ser cobrado. Vai ter que entregar. ‘Pra que se candidatou?’, disse.

■ Renato ainda falou sobre a aprovação da polêmica Taxa de Turismo Sustentável (TTS) para Ilha Grande, aprovada pela Câmara Municipal, noticiada pelo Correio Sul Fluminense na edição de quinta-feira (25). Segundo ele, a proposta é completamente abusiva. E reforçou: “é melhor entregar infraestrutura, saneamento e segurança”.

Fernando Molica

Só crime bem organizado adultera bebidas

Diferentemente do que disse o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), a eventual não participação do PCC no escândalo da adulteração de bebidas não elimina o fato de que as mortes foram provocadas pelo crime organizado.

Com ou sem envolvimento do PCC, foram bandidos que atuam de forma integrada, mesmo em quadrilhas menores, que envenenaram o conteúdo de garrafas. Destilarias clandestinas, como as citadas por Tarcísio, são resultado de articulação e organização de criminosos.

A fraude envolve uma razoável estrutura, não é simples como a prática de assaltos por um sujeito que sai armado às ruas. É preciso que haja compra de metanol, local para armazenar e encher garrafas com o veneno, logística de fornecimento e distribuição de recipientes que sejam ao menos semelhantes aos originais, mecanismos para venda do produto para estabelecimentos legalizados.

Os clientes dos bares e restaurantes só consumiram veneno porque houve uma cadeia organizada de falsificação, distribuição e comercialização dos produtos falsificados, um mecanismo que deve incluir também fraudes no recolhimento de impostos e na emissão de notas fiscais. Trata-se, portanto, de algo que caracteriza crime organizado, com ou sem PCC no meio.

As vítimas do metanol não adquiriram seus drinques em bocas de fumo, em locais clandestinos. Não agiram como consumidores de drogas ilegais, não saíram de casa em busca de produtos irregulares — foram envenenados em locais autorizados a vender bebidas alcoólicas, que têm CNPJ e alvará.

É preciso investigar se estabelecimentos que serviram as bebidas são vítimas ou cúmplices dos fornecedores das garrafas adulteradas. Não que soubessem de que ofereciam veneno aos clientes, mas não dá pra descartar a possibilidade de compra consciente de produtos falsificados, vendidos

abaixo do preço de mercado e entregues por fornecedores não credenciados por fabricantes ou importadores.

O número de casos graves ocorridos em diversas cidades indica também a possibilidade de uma tolerância com esse tipo de crime, inclusive por parte da polícia.

Algo semelhante com o que ocorre com a fabricação clandestina de cigarros que, supostamente, são importados do Paraguai. De novo: por menores que sejam, locais de adulteração de bebidas exigem um mínimo de estrutura física e de logística, não são invisíveis.

Tarcísio de Freitas aproveitou para reclamar de uma suposta tendência de se incluir o PCC em qualquer problema policial ocorrido em São Paulo. Pareceu esquecer que ele mesmo tratou de levar a facção criminosa para o processo eleitoral em 2024.

No dia da disputa do segundo turno, em entrevista coletiva ao lado de seu candidato à prefeitura paulistana, Ricardo Nunes (MDB), o governador tomou a iniciativa de dizer que bilhetes apreendidos pela polícia estadual indicavam que o PCC orientara o voto “no outro”, no caso, Guilherme Boulos (Psol).

Ontem, ao tratar da possibilidade de a organização criminosa estar envolvida em casos de adulteração de bebidas alcoólicas, Tarcísio afirmou: “Tem esse negócio em São Paulo, tudo que acontece é o PCC”. Nem tudo, governador: pelo que foi divulgado, não foi provada a tal interferência na eleição.

Mesmo sem a participação do PCC, o caso das bebidas é mais um que serve de alerta para a tolerância de parte da sociedade com atividades criminosas, com fraudes e esquemas de lavagem de dinheiro.

Em todo o país, quadrilhas de diferentes portes se mostram integradas à máquina estatal, contam com a cegueira voluntária ou cumplicidade de agentes públicos, um veneno mortal para a sociedade.

Alexandre Garcia

O dono da bola

No último dia de agosto fez nove anos que o senado impediu Dilma de continuar presidente, mas não a impediu pelos oito anos seguintes de ocupar cargo público, contrariando a Constituição. A maioria do Senado, num julgamento conduzido pelo Presidente do Supremo, descumpriu a Constituição na cara de todo mundo e nada aconteceu. Não houve escândalo, protesto, crítica. O país parece alienado, omisso, embrutecido ou, como tenho insistido, masoquista, porque parece gostar de sofrer. Aconteceu de novo há seis anos, quando Toffoli criou o “Inquérito do Fim do Mundo”, sem Ministério Público contrariando a Constituição e nomeando, sem sorteio, o relator, Moraes. O que veio depois foi arrastado para o Supremo, suprimindo a primeira instância. Dentro do inquérito, o Supremo exerceu seu ativismo contra o bolsonarismo. Barroso já explicou que o Supremo não é mais um departamento da Justiça, mas um tribunal político. Ele próprio, mesmo sendo ministro da Suprema corte, proclamou, em reunião da UNE, “nós vencemos o bolsonarismo”. Na véspera do julgamento de Bolsonaro, antecipou a sentença: “em breve nós vamos empurrar o extremismo para a margem da história”. Tudo às claras e sem causar escândalo. Em país sério, com uma declaração assim do presidente do Tribunal, ou sai o presidente ou anula-se o processo. No outro lado ideológico, Lula teve a primeira instância e recursos na segunda, terceira e última. Bolsonaro e os do 8 de janeiro foram direto para a instância derradeira, suprimindo-se a exigida ampla defesa. E a nação? Passiva, apagada.

Até as pedras portuguesas que calçam a Praça dos Três Poderes sabem que o Supremo não é o juiz natural da gente presa ardidamente depois do 8 de janeiro; que não há o devido processo legal quando não há individualização do processo nem amplo direito de defesa; que no Supremo ficaram privadas do direito ao recurso; que boa parte dos juízes

detestam o réu principal; que tudo está mais para vingança do que por justiça; que o objetivo é eliminar Bolsonaro e os bolsonaristas. Pelas entrevistas de alguns dos Supremo, inclusive do Presidente, já se sabe o resultado há muito tempo: Bolsonaro será condenado. Segundo divulgado pelo Metrôpoles, está escolhido o presídio da Papuda para a execução da pena. As pedras da praça foram ouvidas na Europa e Estados Unidos, mas não no Congresso.

O verdadeiro tribunal político numa democracia é o Congresso dos representantes do povo. Mas nada foi feito para recuperar a Constituição e o devido processo legal. Nada que fosse efetivo. Aí, entra Trump, porque está em jogo a democracia no continente americano. Ameaça punir com a Magnitsky os que seguirem o relator Moraes, já punido. Dizem que o mais preocupado é o Presidente Barroso, pelos laços afetivos e materiais que tem com os Estados Unidos. Está lançado um jogo de perde-perde que desafia o Supremo, o Executivo e a Nação. A solução poderia ser encontrada alguma ilha de grandeza num oceano de pequenez intelectual, salgado por imaturidade.

No Congresso, são poucas as mentes brilhantes, não-oportunistas; não são exigidas qualidades de estadista aos que se elegem presidentes das casas. Políticos do lado de Bolsonaro já o consideram condenado e estão de olho no legado. Seria inteligente Lula anunciar um gesto de grandeza de indultar Bolsonaro, alegando que não o teme em eleição. Gesto do mesmo tamanho seria Bolsonaro anunciar que para pacificar tudo, se compromete a não ser candidato - ele até já comentou isso. Mas num país alienado e masoquista, parece que é preferível ficar na arquibancada e esperar que Trump entre em campo para decidir um jogo que não é dele, embora, no fundo, ele seja o dono da bola.